

No dia dois de dezembro de dois mil e dezessete, às 10 horas da manhã, nas dependências da CNTI, na cidade de Luziânia, estado de Goiás, foi aberto oficialmente o 6º Congresso Nacional do Partido Socialismo Liberdade, contando com a participação de **380** delegados e delegadas. A abertura foi coordenada pelo presidente nacional, Luiz Araujo e contou com posicionamentos de representantes da Intersindical, CSP-Conlutas, do MTST, da Bancada federal e da Fundação Lauro Campos. Na manhã do dia três de dezembro foi aprovado o Regimento Interno e o quórum oficial do 6º Congresso. Após as defesas de todas as teses regularmente inscritas o processo congressual, foi iniciada a fase deliberativa do VI Congresso. Sobre o item Conjuntura Internacional, foi aprovada por maioria de votos a seguinte resolução: **“RESOLUÇÃO INTERNACIONAL: TODO APOIO À LUTA DOS POVOS! 1.** A crise do processo de acumulação capitalista em escala global, sob hegemonia do capital financeiro, revelou sua gravidade com a irrupção de levas de imigrantes cruzando o Mar Mediterrâneo e as fronteiras da Europa, buscando um porto seguro contra a fome, a miséria e as guerras. Um retrato dramático da barbárie de nossa era e do beco sem saída para onde a dominação do capital está conduzindo a Humanidade. **2.** Esse processo tem como consequência uma brutal concentração da riqueza e da renda a nível mundial. A incorporação ao sistema produtivo da Ásia, particularmente da China e do Sudeste Asiático, significou a transferência massiva das indústrias intensivas em força de trabalho para a região, em função de salários mais baixos, direitos trabalhistas precários e legislação ambiental quase inexistente. Assim, países capitalistas periféricos razoavelmente industrializados, como Brasil, Argentina, Grécia, Portugal e Espanha, passaram a viver uma crise de desindustrialização e a elevação brutal dos níveis de desemprego. **3.** A existência do sistema capitalista tornou-se também incompatível com a estabilidade do clima e dos ecossistemas terrestres. Prêmios Nobel de diversas disciplinas científicas e até mesmo o Papa se uniram na ideia de que a vida na Terra está ameaçada pela crise climática provocada pela própria humanidade - leia-se capital -, combatem o negacionismo clamam por medidas contra a redução do efeito estufa, para evitar aumento de mais de 2º C na temperatura média da Terra, elevação do nível dos mares, acidificação dos oceanos, etc. As mudanças climáticas e suas consequências- furacões, enchentes, cheias - já vitimam principalmente os mais pobres, os mais fragilizados e oprimidos e há que se entrelaçar as lutas ambiental e social numa perspectiva anticapitalista. **4.** Com a “grande casa” e a sobrevivência em xeque, a humanidade defronta-se com situações econômicas e geopolíticas cada vez mais instáveis. O panorama é, no entanto, bem diferente daquele da forte ofensiva imperialista bélica verificada entre 1989 e os primeiros anos da década de 2000, no impulso da queda do muro de Berlim, das restaurações capitalistas do leste europeu, da então União Soviética, da China e da “guerra ao terror”. Com efeito, nos últimos trinta anos, a globalização capitalista favoreceu o grosso da produção de mercadorias se transferisse para o complexo industrial do leste da Ásia enquanto a produção de *commodities* se consolidasse como papel designado aos países latino-americanos. **5.** Para os países da América Latina, em particular o Brasil, que contava com um parque industrial diversificado, esse movimento levou a uma redução da participação da indústria de mais de 25% do PIB na década de 1980 para cerca de 11,9% em 2015, índice semelhante aos anos 20 do século passado. A reprimarização da economia na América Latina e no Brasil mostra o lugar que nos está reservado na divisão internacional do trabalho na lógica do capital. **6.** Em Honduras, oito anos após o golpe



Handwritten signature in blue ink.



que depôs o presidente Manuel Zelaya, a esquerda cresce e - tudo indica - vence as eleições presidenciais de 2017 com Salvador Nasralla. Inconformada, a direita latifundiária apóia-se nos militares e busca fraudar os resultados em novo golpe. No momento em que estas resoluções são aprovadas, acirra-se a situação interna. O PSOL apoia o movimento popular e se coloca contra esse novo golpe. **7.** A inovação tecnológica, com o avanço da robotização, da informática e de tecnologias poupadoras de força de trabalho, também contribuiu para acelerar a perda de postos de trabalho industriais, em geral melhor remunerados, com a conseqüente deterioração das condições de barganha das classes trabalhadoras, impactando de forma diversa países, regiões e segmentos sociais. **8.** Nos EUA, Europa do Norte e Japão, que preservaram centros de pesquisa tecnológica vinculados às matrizes das multinacionais, indústrias de ponta e centros financeiros, as conseqüências são localizadas nas regiões onde estava o velho parque industrial intensivo em força de trabalho e consumo de materiais. É o mapa da votação de Donald Trump, de Marine le Pen e do apoio ao chamado "Brexit" (a saída do Reino Unido da zona do Euro). **9.** Se na Europa e nos EUA a materialização política da crise se reflete no confronto entre a nova direita antiliberal - que busca capitalizar a insatisfação com um discurso nacionalista e xenófobo, casos de Trump e do Brexit - e as tradicionais correntes globalistas - com a retórica de eficiência de gestão "independente de partidos", tipo Macron, na França - na América Latina a crise econômica decorrente da queda dos preços dos minérios e produtos agrícolas abalou os governos de origem progressista, eleitos com plataformas reformistas no bojo de grandes movimentos de massa. Em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), golpes parlamentares derrubaram estes governos. Na Argentina, a direita neoliberal logrou vitória eleitoral e na Venezuela as forças reacionárias manipulam a crise, buscando derrubar pela força o legítimo governo de Nicolás Maduro. **10.** O quadro mundial é também marcado pela disputa cada vez mais acirrada entre EUA e China, pelo ressurgimento da Rússia no cenário internacional e pelo agravamento de tensões regionais, articuladas com a disputa pela hegemonia mundial que, com frequência, deságuam em guerras localizadas e cruéis, como ocorre na Síria. **11.** É preocupante para a Humanidade verificar como os círculos mais reacionários dos Estados Unidos apostam cada vez mais em saídas militares como forma de enfrentar a crescente presença econômica, política e militar da China. As ameaças de ação militar contra a Coreia do Norte e a Venezuela fazem parte deste inquietante contexto. **12.** Em todos os países, o capital procura impor aos trabalhadores e trabalhadoras sua receita "anti-crise", que passa pela retirada de direitos sociais e trabalhistas, rebaixamento de salários, privatização de serviços essenciais, legislação ambiental mais frouxa e intensificação da exploração extrativista. No entanto, o saque e a espoliação têm encontrado resistências por parte de movimentos sociais e partidos políticos. Na Europa, a mais emblemática foi a do povo grego, levando ao poder o Siryza, com um programa de enfrentamento às políticas da União Europeia - experiência que, mesmo mostrando-se limitada, atestou que o inconformismo dos trabalhadores pode levar a alterações significativas da correlação de forças. **13.** Na Espanha, com o Podemos, na França, com o movimento França Insubmissa, em Portugal, com o crescimento do Bloco de Esquerda, e nos Estados Unidos, com a campanha de Bernie Sanders, o fortalecimento de alternativas de esquerda radical anticapitalistas foi significativo. Embora apenas em Portugal isso tenha resultado em um governo que interrompeu o processo de retirada de direitos, o crescimento destas





alternativas, onde se incorpora a crítica ao reformismo, o vigor dos movimentos sociais e a indignação popular, aponta novas perspectivas para a luta socialista também na América Latina, como demonstram as recentes campanhas da nova esquerda no Peru e Chile. **14.** Também por fora dos partidos se organizam movimentos massivos de reivindicação de direitos sociais. Na Polônia, uma greve de mulheres paralisou o país contra a criminalização do aborto. As campanhas Black Lives Matter e Ni Una a Menos ultrapassaram as fronteiras dos EUA e Argentina na denúncia das violências policial, racista e sexista. Demonstrando força diante da eleição de Trump, uma multidão de mulheres marchou sobre Washington e, através do manifesto de Nancy Fraser e Angela Davis, convocou uma mobilização mundial em 8 de março de 2017, que no Brasil incorporou o combate às reformas trabalhista e da Previdência às pautas feministas. O episódio mais recente da luta dos povos por tomar o destino em suas mãos foi o fortalecimento do movimento independentista na Catalunha, fortemente reprimido pelo governo ultrarreacionário de Mariano Rajoy, e que resultou na proclamação da República da Catalunha. **15.** No nosso continente, a política externa praticada pelo governo golpista de Temer, alinhou-se completamente às diretrizes do imperialismo americano, que busca reconquistar o espaço perdido na região. Neste sentido, toma parte destacada no operativo de cerco e aniquilamento do Governo Maduro, na Venezuela, a promoção de exercícios militares conjuntos com as forças armadas dos EUA, Colômbia e Peru, na Amazônia e o silêncio diante das agressões do governo de Trump contra Cuba. **16.** Faz parte da estratégia imperialista estadunidense a derrubada dos governos progressistas remanescentes na região, o que significaria a reapropriação por parte das multinacionais e seus sócios locais do petróleo venezuelano, um violento retrocesso político e social e um duro golpe às idéias de soberania nacional e unidade latinoamericana. Desta forma o que está em jogo, na Venezuela e outros países da região, é a necessidade de se bloquear a ofensiva imperialista. **17.** Da resistência aos afeitos da crise econômica e política emergem processos que expressam um enorme descontentamento com a democracia liberal, fortemente influenciada pelo poder econômico e a corrupção, incapaz de dar conta dos anseios de milhões de pessoas. Se abrem possibilidades de radicalização, que a um só tempo favorecem o fortalecimento da demagogia ultradireitista mas também de propostas de esquerda com uma clara orientação anticapitalista. No centenário da gloriosa Revolução de Outubro e no 50º aniversário da passagem para imortalidade de Ernesto Che Guevara, o PSOL reafirma sua solidariedade à luta dos trabalhadores e povos oprimidos do mundo inteiro e seu compromisso de seguir lutando por um mundo de justiça, paz e igualdade: o mundo socialista". Sobre o ítem Conjuntura Nacional, foi aprovada por maioria dos votos a seguinte resolução: **"UNIDADE PARA DERROTAR AS REFORMAS DO GOVERNO TEMER: 1.** Uma das origens do golpe consolidado em 2016 está em 2014. Após a reeleição, o governo Dilma entregou o comando da economia a Joaquim Levy, que adotou medidas de austeridade e mergulhou o país na maior recessão de sua história. Na contramão do discurso de campanha, Dilma e Levy cortaram investimentos, amplificaram o discurso de descontrole das contas públicas e transformaram uma recessão que poderia ser de curta duração e baixo impacto numa crise que, em dois anos e meio, eliminou mais de 8% do PIB e duplicou o desemprego. **2.** Com a crise veio a perda de credibilidade do governo, descolado da base social que o elegeu. Estavam dadas as condições para o golpe. A aposta no "reformismo fraco", fuga de conflitos e conciliação de interesses de



Handwritten signature



classe desmobilizaram os setores populares, tradicional base eleitoral do petismo. Quando foi necessária mobilização social para resistir ao golpe, apenas setores das classes médias progressistas e movimentos sociais organizados se apresentaram. **3.** Para a elite, surgiu com o golpe a oportunidade de ter um governo que representasse seus interesses sem mediações, capaz de conduzir contrarreformas que retrocedem em mais de um século as lutas dos trabalhadores e as conquistas da Constituição de 1988. A aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos primários durante vinte anos e torna sem efeito a vinculação de recursos para educação, saúde e assistência, representa um forte redirecionamento do fundo público para o financiamento do capital. A reforma trabalhista busca diminuir os custos da mão-de-obra e a da Previdência, por sua vez, viabilizar superávits primários para sustentar as elevadas taxas de juros. **4.** Como agravante da crise social, os crescentes dados de violência no Brasil mostram um verdadeiro genocídio negro: só em 2015 foram 59 mil assassinatos, principalmente de jovens, negros e moradores das periferias. A realidade é de militarização de territórios, aumento da mortalidade e encarceramento em massa, motivada pela "guerra às drogas" e também por políticas higienistas de faxina étnica, que combinam a especulação imobiliária com a ação violenta do Estado para "limpar" os centros urbanos. **5.** Com o golpe surgiu a oportunidade para destravar pautas conservadoras e interesses econômicos que ficaram paralisados durante o período da política de conciliação de classes dos governos petistas. As mudanças na legislação de demarcação de terras indígenas e quilombolas, a entrega de porções do território a estrangeiros e a perda de controle dos recursos petrolíferos são exemplos disso. Também fazem parte dessa ofensiva conservadora a investida do fundamentalismo religioso sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, colocando em xeque inclusive o direito à Interrupção Voluntária da Gestação em caso de estupro, projetos como o "Escola sem Partido", os vetos à discussão de gênero nas escolas, dentre outros. **6.** Desde a primeira hora, o PSOL e sua bancada federal se colocaram contrários ao golpe, mobilizando sua militância em defesa da democracia, sem deixar de demarcar as diferenças com o governo Dilma. Os riscos de retrocesso ainda maior eram evidentes, como mostra hoje a agenda do governo golpista. Essa posição foi correta, tanto quanto foi correta a posição de reforçar o movimento por "Diretas Já", ao lado de movimentos sociais e partidos de oposição. **7.** O avanço da Operação Lava Jato demonstrou o enorme esquema de corrupção em todas as esferas do poder largamente utilizado para financiar campanhas e enriquecer alguns. Se por um lado foi claramente instrumentalizada para desmoralizar o PT e o governo durante o processo de impeachment, com a utilização de medidas inaceitáveis num Estado Democrático de Direito, por outro, o prosseguimento da Operação demonstra que ela, mesmo que siga servindo aos interesses golpistas, não está totalmente sob controle. **8.** O prosseguimento da Lava Jato abriu fissuras na base conservadora de sustentação do golpe, com envolvimento das cúpulas do PMDB e PSDB e do próprio Temer. Em um cenário de grande instabilidade, o presidente golpista conseguiu livrar-se de duas denúncias apresentadas pela Procuradoria Geral da República, blindado pelo andar de cima em nome do aprofundamento de sua agenda regressiva. **9.** Nesse momento, reafirmar a resistência às reformas é fundamental. O sucesso da Greve Geral de 28 de abril foi resultado de uma amplíssima unidade entre os setores organizados, mas também, da percepção de ampla parcela da população de que as reformas, em particular a da Previdência, representam uma cruel retirada de direitos. **10.** As



Handwritten signature in blue ink.

dificuldades das mobilizações de 30 de junho devem nos fazer refletir sobre a perda de densidade que os movimentos sindicais sofreram, para além da burocratização de certas direções, sobretudo pela profunda reestruturação do trabalho conduzida pelo capital. A fragmentação e a precariedade do trabalho, em um país que ultrapassa os 14 milhões de desempregados, dificultam inclusive a compreensão da letalidade da reforma trabalhista por parte da população e a mobilização em torno da pauta. **11.** Há um ano do fim do governo Temer, suas medidas são amplamente rejeitadas pela maioria da população, ainda que isso não venha se traduzindo em organização popular contra os ataques. Hoje Temer só se sustenta no poder em função do forte apoio dos grandes grupos econômicos, ávidos por promover mudanças que retiram direitos e ampliam seus lucros. Em relação à sobrevivência do governo, não obstante à compra de votos e o leilão de direitos, predomina uma tática de esperar o desgaste ainda maior de Temer e dos setores que lhe deram apoio até as eleições de 2018. **12.** Destacamos que a destruição de direitos e o imenso retrocesso que está sendo feito no governo Temer implicam em mudanças estruturais, como a reforma trabalhista e a terceirização, com gravíssimas consequências para a atual e as futuras gerações. Por isso, não cabe nenhuma trégua e nem a aposta na política de “desgaste”. Na ordem do dia se impõe a luta pelo Fora Temer. **13.** Com o esgotamento do ciclo do lulismo abre-se um novo período de reorganização da esquerda no Brasil. Minado por denúncias de corrupção e bombardeado pela seletividade da Operação Lava Jato, o lulismo perdeu parte de sua legitimidade social. Sufocado pela crise econômica, não há mais espaço para o modelo de conciliação proposto anteriormente. Nesse contexto de avanço das forças conservadoras e de reorganização dos setores progressistas, surge também uma ampliação das lutas sociais e uma busca por alternativas organizativas. **14.** O golpe abriu uma nova etapa na luta de classes no país, com uma reorganização da direita e da esquerda. De um lado, o avanço das forças mais conservadoras, tanto no plano econômico quanto nas questões morais e de comportamento. O descontentamento com a política tem produzido sua negação e abre espaço para hipóteses como Jair Bolsonaro ou Luciano Huck. De outro lado, já está em curso um processo de reorganização da esquerda em torno da luta contra o golpe, contra a retirada dos direitos sociais e dos trabalhadores e contra os ataques do governo. **15.** Nesse contexto, no âmbito dos movimentos sociais a Frente Povo Sem Medo é o polo mais ativo dessa reorganização. Se organiza “contra a direita e por mais direitos” como uma alternativa de mobilização social ampla. Reúne movimentos sociais e coletivos em luta social, com destaque para o MTST, o movimento social mais importante do país hoje. Para o PSOL, a participação na FPSM é central, na medida em que organiza trabalhadoras e trabalhadores contra o golpe e a retirada de direitos. É o principal espaço de mobilização contra o governo Temer e seus ataques e, nessa dinâmica, cria alternativas para a esquerda no próximo período, como demonstrou o processo em torno da plataforma *Vamos!* **16.** Nessa conjuntura, a tarefa principal do próximo período é ampliar a luta contra Temer e o golpe, em parceria com movimentos sociais. Diferente do primeiro semestre, os movimentos sociais e os partidos de esquerda não tem conseguido fazer frente à ofensiva contra os direitos e a democracia. Para tanto, é central que as frentes de mobilização social ampliem sua unidade. A organização da luta local, conectada nesse movimento mais amplo, é o outro lado desse processo, com a participação do partido e dos militantes nos diversos movimentos que têm surgido nos bairros e nas cidades do interior. Para isso, levantamos as seguintes



consignas: - *Fora Temer! Contra a retirada de qualquer direito! - Revogação de todas as medidas lesivas ao povo brasileiro, como a reforma trabalhista, Emenda Constitucional 95 ou a Reforma do Ensino Médio; - Contra a Reforma da Previdência de Temer! - Em defesa dos direitos das mulheres, negros e negras, juventude e LGBTs! - Em defesa da democracia, da soberania, do meio ambiente e dos povos tradicionais! - Todo apoio à Frente Povo Sem Medo!*". Em seguida foi analisado o pedido de ingresso do agrupamento MAIS, sendo aprovada por unanimidade a seguinte resolução: **"RESOLUÇÃO SOBRE INGRESSO DO MAIS:** Nesse momento de reorganização da esquerda é um grande fato o deslocamento do MAIS e sua aproximação do PSOL. É motivo de orgulho que as camaradas e os camaradas do MAIS tenham encontrado no PSOL seu espaço de organização e militância. A identidade no programa se demonstrou na prática na luta social, na frente povo sem medo e na luta contra o golpe e as medidas anti populares de Temer. Considerando as circunstâncias da entrada de um coletivo organizado nacionalmente, é necessário um processo de transição que garanta a participação do MAIS nas instâncias de decisão do partido mas não comprometa o princípio do voto e a proporcionalidade das instâncias tal qual aferida pelo congresso. Dessa forma, o congresso do PSOL decide pela entrada plena da militância do MAIS no partido, a partir desse momento. Decide também que MAIS terá representação nas instâncias partidárias, nos estados e nível nacional, como segue: a) Um membro convidado na executiva com a direito a voz mas sem direito a voto; b) Um membro no diretório, com direito a voz e voto. Para composição do diretório serão incluídos dois membros, sendo um destinado ao MAIS e o outro redistribuído na conta junto das outras vagas". A mesa dos trabalhos congressuais passou a ser coordenada por Livia Duarte (PA) e XXXXXXXXX, tendo como pauta deliberativa as resoluções setoriais. Foi aprovado por unanimidade dos votos o documento apresentado pelo Encontro de Mulheres do PSOL: **"CARTA DAS MULHERES DO PSOL -** Ao 6º Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade: Ser mulher, em uma sociedade de classes, racista e patriarcal tem sido um exercício de resistência diário, ainda mais em tempos de golpe. O aprofundamento da desigualdade de gênero e inúmeras tentativas de retirada de direitos nos exige o resgate e atualização das heranças femininas aguerridas que construíram a resistência ao longo de processos históricos. Inspirações como Dandara, fundamental para a derrocada da escravidão; Aleksandra Kollontai e outras companheiras que encabeçaram uma revolução radical na luta por direitos que culminou com a Revolução Russa; Rosane Kaingang e Maninha Xucuru-Kariri, que já nos deixaram ou Tuíra Kaiapó e Ana Terra Yawalapiti que nos brindam com um protagonismo feminino indígena que é ancestral na luta por direitos iguais, com direito à diferença; e Rosa Parks que defendia a liberdade das mulheres negras e dizia que quando essas mulheres, desumanizadas ao longo da história, fossem livres, a sociedade se libertaria e as vidas passariam a importar igualmente. Essas mulheres precisam ser por nós reivindicadas e o norte do PSOL é fundamentalmente: nossas vidas importam. Portanto, considerando que: **1.** O governo Lula/Dilma marcado pelo conservadorismo político fruto das alianças escolhidas pelo PT\PCdoB e duro ajuste fiscal contra a classe trabalhadora cortou verbas de programas de enfrentamento às violências contra as mulheres, LGBTs e negras e negros. A exemplo das Medidas Provisórias 664 e 665, o recolhimento dos kits antihomofobia destinados às escolas e na manutenção da Rede Cegonha. **2.** A partir do golpe, as medidas genocidas do governo Temer, em especial a PEC de congelamento dos investimentos



[Handwritten signature]

públicos em saúde, educação e moradia pelos próximos 20 anos e as reformas trabalhista e previdenciária atacam frontalmente os direitos das mulheres. Especialmente, mulheres negras, trans e indígenas. 3. O avanço da terceirização e privatizações potencializam a dupla exploração feminina e negra no trabalho precarizado e nas tarefas domésticas de reprodução e cuidado, desconsiderando que ao final da semana, se juntarmos trabalho remunerado com trabalho doméstico os homens trabalham aproximadamente 5 horas a menos que as mulheres. Além de relegar ainda mais aos subempregos a população trans. 4. A violência machista e racista contra as mulheres no Brasil tem tido alarmante aumento. Ocupamos o 5º lugar no ranking de feminicídio mundial e segundo o Mapa da Violência (2015), em 13 anos o número de assassinato de mulheres negras aumentou 54% e das mulheres brancas reduziu 10%. Somos também as campeãs em taxas de cesarianas desnecessárias, uma em cada quatro mulheres sofrem violência obstétrica. Somos o país que mais mata travestis e transsexuais no mundo. Apesar de avanços como a Lei Maria da Penha e a tipificação do crime de feminicídio no Código Penal, está em vigor uma redução nos investimentos de políticas públicas e redes de enfrentamento à violência contra as mulheres nos níveis nacional, estaduais e municipais, com cortes de até 61% do orçamento das políticas para mulheres pelo governo Temer. 5. A política de corte de investimentos em áreas sociais atinge frontalmente as mulheres do campo, da floresta, quilombolas,, negritude e LGBTs. Impactando principalmente programas que garantem assistência e acolhimento destas populações quando em situação de violência, ampliando o processo de marginalização, exploração, preconceito e opressão. Pela manutenção do decreto 4887/2003 de demarcação das terras quilombolas e contra a ADIN 3239 e a PEC 215 e o conjunto de projetos que impactam a vida das mulheres da Amazônia. 6. Em se tratando das mulheres indígenas, é preciso ampliar as perspectivas de luta por igualdade e cidadania, levando em conta que vivemos num país pluriétnico. Mesmo sabendo que desde os anos 1980 existem associações exclusivas de mulheres indígenas que se organizam na luta por direitos, elas ainda vivenciam a violência dos casamentos e esterilizações forçadas, violência doméstica, estupros ("limpeza étnica"), limitação para a organização e participação política e da limitação de acesso à terra. É importante ressaltar que a demarcação de terras indígenas é pauta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esta é uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas que precisa ser visibilizada e incorporada na luta de todas as mulheres, não ao marco temporal. 7. É necessário avançar na luta pelo reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais. A realidade hoje imposta a elas funciona sob uma lógica extremamente machista que não as garante autonomia. Os direitos das mulheres trabalhadoras rurais só são garantidos se seus companheiros/parceiros homens tomam a iniciativa de acessar as políticas públicas destinadas aos trabalhadores do campo. Além da questão trabalhista é preciso lutar por políticas de incentivo à agricultura familiar, bem como assegurar os direitos fundamentais como acesso à saúde, educação, segurança, cultura e transporte público. 8. Avançam no Congresso Nacional medidas que preveem endurecimento da criminalização do aborto e retrocesso nas hipóteses de aborto legal no Brasil, a exemplo da PEC 181 relegando mais uma vez as mulheres pobres à morte e à cadeia, ao mesmo tempo em que os 3 Poderes se negam a ver o crescimento dos casos de estupro, estupro corretivo e coletivo no último período. É preciso armar a resistência contra a PEC 181 e lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. 9. A ofensiva golpista e seu ideário



Handwritten signature

fascista contribuem também para aumentar ainda mais os índices de violência e mortalidade das mulheres transexuais e travestis, que hoje têm expectativa média de vida de 35 anos e estão majoritariamente submetidas ao mercado da prostituição e da exploração sexual. 10. No cerne da política genocida de "guerra às drogas" há um aumento do encarceramento da juventude e da mulher negra, que cresceu nos últimos 15 anos cerca de 567% (2 em cada 3 presas são negras). 11. O PSOL e as Mulheres do PSOL devem ter como horizonte estratégico atuar e fortalecer a luta dos movimentos sociais a exemplo de ações como a Primavera Feminista, a 1ª Marcha de Mulheres Negras, em 2015 e a Greve Internacional de Mulheres em 2017. 12. O PSOL juntamente com a militância auto-organizada deve seguir intervindo na institucionalidade a favor da luta feminista e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres - no que vem avançando com iniciativas como a proposição dos PL pela legalização do aborto (882/2015) e a ADPF 442/2017 pela descriminalização do aborto apresentada em conjunto com o Instituto de Bioética Anis no Supremo Tribunal Federal. 13. O PSOL junto à Setorial LGBT do partido deve permanecer na luta antiLBTfóbica defendendo direitos que reconheçam as especificidades e demandas de lésbicas, bissexuais e transexuais inclusive na institucionalidade - a seguir pautando iniciativas como a proposição pelo reconhecimento do direito à identidade de gênero (PL 5002/2013). Também é fundamental seguir em luta contra os retrocessos, como falácia da "cura gay". Amor não é doença, é cura! 14. O PSOL precisa seguir atuante na batalha contra a violência de gênero. Acompanhando e participando de movimentos internacionais como #NemUmaAMenos e promovendo ações específicas em nível municipal, estadual e nacional que visem transformar de fato a vida das mulheres como o combate a violência letal contra as mulheres negras, aos assédios nos espaços públicos, aos estupros corretivos e coletivos e as demais violências que colocam nossas vidas em risco diariamente. Nenhuma a menos! 15. O PSOL deve apresentar um programa construído em conjunto com os setores da sociedade que devolva esperança ao povo brasileiro, em especial as mulheres pobres e negras mais atingidas pelas reformas de Temer – o programa deve por exemplo orientar a revogação das contrarreformas previdenciária e trabalhista, saídas para o desemprego, igualdade no trabalho, equiparação salarial, construção de novas creches que permitam dedicação a outras atividades. 16. O regime capitalista está em crise, e que a casta política (formada por homens, ricos e brancos), conservadora e corrupta, propõe um debate antidemocrático no tema da reforma política e eleitoral sem participação popular. A política do jeito que está exclui as mulheres, negras, LBTs, jovens e trabalhadoras da política. Por isso, o PSOL deve seguir na defesa de uma reforma política verdadeiramente democrática que seja capaz de levar as mulheres que carregam consigo a cara e as demandas do povo ao poder, por meio do financiamento público de campanha e lista fechada alternada e reserva de vagas para mulheres nas casas legislativas. 17. O momento atual da luta de classes no Brasil nos exige ampla unidade de ação das Mulheres do PSOL contra a agenda regressiva do golpe, mas para além disso, um programa que dê soluções concretas para a vida das trabalhadoras e trabalhadores contra a falida lógica de conciliação de classes, para conservarmos um feminismo anticapitalista. **O Congresso do PSOL resolve:** 1. Aprimorar o acompanhamento e consolidação da política nas instâncias partidárias de composição mínima de 50% de mulheres, avançando também na garantia da paridade em todas as reuniões das instâncias partidárias; inclusive as coordenações de campanhas. 2.



Estender a política de paridade para a composição da diretoria executiva, conselho fiscal e conselho curador da Fundação Lauro Campos a política de reserva de vagas para mulheres e negros (conforme resolução específica construída unitariamente pelas mulheres e a negritude do PSOL neste Congresso); 3. Reafirmar o compromisso com a construção de um partido profundamente feminista, antirracista e antiLGBTfóbico seja na intervenção cotidiana política, seja durante as disputas eleitorais - concretizando este compromisso em políticas de formação, composição das nominatas partidárias e programas de TV no próximo período; 4. Defenda em todas suas instâncias a demarcação das terras indígenas no Brasil, sendo esta uma pauta que diz respeito à defesa da integridade física e cultural das mulheres indígenas; que o Partido estabeleça fóruns de debates sobre os temas como a Lei Maria da Penha numa campanha permanente em defesa da lei, que inclua as mulheres indígenas e suas particularidades étnicas e culturais; que a Fundação Lauro Campos convide as representantes das diversas associações de mulheres indígenas no Brasil e realize oficina para as mulheres do partido; que no Setorial Nacional de Mulheres do PSOL tenha alguma representante que debata, formule e instrumentalize as demais mulheres a respeito das demandas específicas das mulheres indígenas no Brasil, incluindo estas especificidades no debate feminista. 5. Reconhecer como tarefa de todo o partido a luta pela ampliação da nossa Bancada Feminista nas eleições de 2018; 6. Deliberar que nas eleições, a partir de 2018, o partido deverá envidar esforços para garantir a paridade de gênero e representação étnico racial nas candidaturas/chapas majoritárias nos municípios, estados e nacionalmente. Envidará esforços também no sentido de garantir efetiva visibilidade às mulheres candidatas e às candidaturas de negras e negros nas chapas proporcionais, garantindo os recursos materiais necessários e esta visibilidade, como material impresso e tempo de televisão e 30% do total de recursos destinados às candidaturas proporcionais de mulheres. 7. Avançar na política de formação e organização das mulheres do PSOL, além de espaços formativos para o conjunto do partido, através dos 5% do fundo partidário, mas que este valor não seja visto como teto e sim piso para as atividades de mulheres. Além de assegurar o acompanhamento dos repasses estaduais também de 5% aprovados no V Congresso Nacional do PSOL, para as setoriais estaduais de mulheres para garantir a nossa intervenção na luta das mulheres. 8. A Setorial de Mulheres deve ser a única instância responsável por gerir os recursos oriundos dos 5% do fundo partidário que são por direito garantidos à setorial por meio de resolução aprovada no V Congresso Nacional do PSOL. Uma comissão de mulheres da setorial ficará responsável por atuar em conjunto com a tesouraria do partido. Para isso deverá ser aberta uma conta específica para esse fim, conforme determina o inciso IV do art. 6º da Resolução nº 23464 de 17 de dezembro de 2015. 9. Compreendemos que as dificuldades de funcionamento da comissão nacional de ética do PSOL não devem sobrecarregar setoriais estaduais e nacional de mulheres com o acompanhamento de casos de violência sexista, racista e lbtfóbica, e portanto endossamos debates sobre mudanças no seu funcionamento e políticas permanentes de combate à violência em nossas fileiras. 10. A retomada do funcionamento coletivo da Setorial Nacional de Mulheres do PSOL, por meio da realização do Encontro Nacional de Mulheres do PSOL Unificado de 31 de maio a 3 de junho e até lá reconhece a Comissão Nacional Provisória de Mulheres do PSOL paritária, formada por 26 mulheres de diversos setores do partido, como espaço político qualificado para os debates e formulações políticas relativas aos desafios





feministas do PSOL - reconhecendo a autonomia política e organizativa da Comissão e da Setorial nos marcos do programa e resoluções internas. Sem feminismo não há socialismo! *Sem socialismo não há feminismo! Sem feminismo não há socialismo!*". Foi apresentada e aprovada por unanimidade a resolução da Setorial de Negras e Negros, conforme texto a seguir: **"RESOLUÇÃO DO SETORIAL DE NEGRAS E NEGROS** - Por um projeto para o Brasil na perspectiva do povo Negro: 1. O racismo se constitui como parte do processo pelo qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. É estruturante das desigualdades históricas entre negros/as e não negros/as, e ao mesmo tempo, artifício ideológico de manutenção das hierarquias. 2. Por isso, o enfrentamento do racismo e a construção de uma sociedade justa e igualitária passa, necessariamente, pela luta coletiva por mudanças estruturais que rompam com o capitalismo e todas as formas de exploração e opressão. Nessa perspectiva, não é possível dissociar a luta contra o capital, a luta contra o racismo e o machismo. 3. São as mulheres negras a maioria desempregada, precarizada, pobre, encarcerada, vítimas de estupros, violências e abortos clandestinos. As mortes violentas de mulheres negras cresceram 54,2% nos últimos 10 anos! O estupro e o feminicídio têm raça e classe no Brasil! As mulheres negras ganham 45% menos do que as brancas! Somente 12,5% de mulheres negras têm formação superior! Além disso, nossa identidade e estética são desvalorizadas e atacadas cotidianamente. 4. A lógica capitalista de "desenvolvimento" a qualquer custo, "progresso ilimitado" e "infinito", separação do homem da natureza, é produto da civilização branca, europeia, ocidental, cristã e masculina, e nos coloca à beira da barbárie socioambiental. Afirmar a superioridade deste modelo é expressão do Racismo Ambiental. É necessário construir um projeto civilizatório inspirado nas culturas indígenas e africanas de coexistência com o meio ambiente e que garanta vida digna para o povo negro. 5. A "justiça criminal" no Brasil prende em massa e extermina os jovens negros, numa das faces mais cruéis do racismo. A guerra às drogas, assim, serve de mote para criminalizar territórios, os pobres e o povo negro, vítimas de uma narrativa que tenta justificar este crime cometido pelo Estado. No Brasil 61,7% da população prisional é negra e 55,08% jovem. Nos últimos 15 anos, o número de mulheres encarceradas cresceu 567%, sendo que 2 a cada 3 presas são negras. Rafael Braga é um exemplo do modelo penal racista, assim como a política de guerra às drogas. Segundo o Atlas da Violência (2015) atingimos a marca de 59 mil assassinatos, sendo 70% jovens negros e moradores das periferias, o que evidencia um processo genocida. 6. O desmonte do SUS atinge profundamente a população negra, que representa 70% dos seus usuários. Esse desmonte, somado ao racismo ambiental, à falta de saneamento básico e à falta de implementação da Política Nacional Integral da População Negra, potencializa a vulnerabilidade de negras e negros ao adoecimento e à mortalidade. 7. O golpe midiático parlamentar realizado no país para aprofundar o ajuste já em curso e as contrarreformas é mais uma expressão dos limites da falsa democracia a que a negritude, as mulheres e LGBTs estão submetidos. Justamente os setores mais atingidos pelo programa anti-povo que a elite tenta impor com o governo ilegítimo de Temer, que amplia as privatizações e cortes de verbas sociais e implementa políticas reacionárias contra as mulheres, negros e LGBT. As contrarreformas aprofundam o abismo racial. A reforma trabalhista prevê mudanças que permitem a banalização de condições de trabalho identificado como análogo ao escravo. Estabelece o "negociado sobre o legislado", o trabalho intermitente e





ampliação da jornada, regredindo os direitos trabalhistas em um século, remontando ao pós-abolição. Se aprovada a reforma da Previdência, os mais pobres não conseguirão se aposentar, atingindo em cheio a população negra. 8. Com a Lei da Terceirização, que passa a valer nas atividades fim, teremos um quadro quase completo de precarização radical do trabalho, aumentando a superexploração, doenças, acidentes e morte ocupacional. 9. Sem contar os 14 milhões de desempregados e 40 milhões de trabalhadoras(es) informais que aumentam a pressão por políticas sociais, cujos investimentos foram congelados por 20 anos com a emenda do Teto dos Gastos Públicos, precarizando ainda mais a vida das pessoas, atingindo mais fortemente o povo negro. 10. Não resta alternativa ao Povo Negro senão lutar contra os retrocessos, por nenhum direito a menos, denunciar a ilegitimidade do governo corrupto e usurpador, levando a bandeira do Fora Temer e de eleições Diretas Já. 11. Portanto, é tarefa da negritude do PSOL somar força nas mobilizações sociais e potencializar a organização das negras e negros para lutar por nossos direitos e construir o PSOL como uma alternativa política capaz de forjar um programa que encampa as demandas povo negro e sua luta contra o racismo e reconheça seu papel na transformação da realidade brasileira. **O Combate ao Racismo no epicentro da Luta de Classe e os desafios do PSOL:** 12. Com o avanço do fundamentalismo conservador no mundo e no Brasil, é tarefa da esquerda e particularmente do PSOL intensificar a luta de combate ao racismo, compreendê-la não como uma pauta indenitária, facilmente absorvida pelo liberalismo, mas pensar na sua dinâmica estratégica, estrutural e material na luta de classe. Num país que não conseguiu romper o cordão umbilical com a Casa Grande, com o escravismo, o colonialismo, o patriarcado e o patrimonialismo, a luta racial e de gênero não pode ser vista como apêndice na dinâmica social. Se no Brasil as negras e negros são os primeiros que morrem, os primeiros a serem atingidos pelas crises, os que ocupam a base da pirâmide econômica, os que estão em maior vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo são a força motriz que construiu cada tijolo dessa nação e foi a mão de obra superexplorada por 4 séculos que permitiu a acumulação de riqueza, produzindo um dos países mais desiguais do mundo. A resistência negra nesses últimos séculos é a grande força da classe trabalhadora, portanto não há saída possível para um projeto de transformação sem que as negras e negros estejam no epicentro desse projeto societário. O PSOL deve estar à altura desse desafio. 13. Num país onde o racismo foi constituído de forma estruturante é perceptível uma ética colonialista conservada nas instituições políticas, o que aumenta o nosso desafio, impondo-nos uma atuação qualificada que considere classe, raça e gênero de forma não hierarquizada na análise da sociedade brasileira e nas ações das instâncias partidárias e nos programas políticos das nossas candidaturas e mandatos. 14. É necessário ao PSOL olhar-se internamente e identificar onde está sua militância negra e quais as opressões que esta sofre cotidianamente. Como esta militância é silenciada, invisibilizada e/ou deslegitimada quando busca protagonizar espaços políticos dentro e fora do PSOL. Por isso é importante o fortalecimento de um setorial nacional de negras e negros do partido. 15. Ser catalisador da luta contra o racismo é tarefa revolucionária do PSOL. É preciso projetar, valorizar e proteger nossas lideranças negras em construção, eliminando a lógica de mantê-las no lugar secundário que historicamente a esquerda brasileira reservou, apenas para legitimar uma suposta "diversidade" que muito mais se aproxima do mito da democracia racial, câncer da sociedade brasileira ainda vivo, do que de um



[Handwritten signature]



compromisso histórico de eliminação da opressão. **Os desafios organizativos e as tarefas da negritude do PSOL:** 16. No 5º Congresso a unidade da negritude do PSOL foi fundamental para garantir avanços importantes na dinâmica interna partidária (30% de cotas raciais nas direções e 5% do fundo partidário, iniciando com 2,5%, para financiar as ações do setorial). Mas pouco avançamos, além da reunião presencial em Salvador em 2016 com representações das forças políticas, na formulação política e organizativa do setorial. 17. Neste sentido, reafirmamos a importância de manter os avanços do último congresso, consolidar os 5% no próximo ano e apontamos a construção de um Encontro/Seminário Nacional da Negritude do PSOL no primeiro semestre de 2018, tendo como eixo norteador a construção do programa para a disputa eleitoral e o fortalecimento de candidaturas negras. **RESOLUÇÕES** 1. Até o encontro, haverá uma comissão provisória formada por uma pessoa de cada força política e independente, representada por titulares e suplentes, que será responsável por garantir a condução do Setorial e sua agenda. 2. Que o PSOL realize campanhas contra o genocídio da população negra (englobando o feminicídio de mulheres negras, o extermínio da juventude negra e a mortalidade materna). 3. Que o PSOL impulse as lutas contra a redução da maioria penal e o encarceramento em massa. 4. Que a Fundação Lauro Campos produza um livro com a temática das relações étnico-raciais no primeiro semestre de 2018. 5. Que seja destinado ao Setorial de Negras e Negros o 5% do fundo partidário a partir do 6º Congresso, conforme aprovado no 5º Congresso do PSOL. 6. Que seja destinado um percentual mínimo de 5% do fundo eleitoral exclusivamente para candidaturas negras a partir de 2018. 7. Que seja realizado no primeiro semestre de 2018 um Encontro Nacional do Setorial de Negras e Negros do PSOL, financiado pelo fundo partidário destinado ao Setorial, para formalizar políticas para o partido, construir programas de campanha e eleger a coordenação nacional do Setorial". Em seguida, por unanimidade dos votos presentes, foi aprovada resolução da Setorial de Pessoas com Deficiência, conforme texto: "**RESOLUÇÃO SETORIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Neste 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Setorial de PCD (pessoas com deficiência) do PSOL apresenta uma resolução que visa refletir sobre todas as questões que se referem aos psolistas com deficiência. É necessário avançar nas questões sobre acessibilidade para garantir ampla participação. Sendo assim, defendemos que em todo evento público promovido pelas instâncias partidárias sejam garantidas todas as formas de acessibilidade e que essa iniciativa esteja nos materiais de divulgação do evento. Defendemos também que a Executiva Nacional faça uma campanha interna de incentivo à criação do setorial nos estados. Por fim, queremos identificar dentro do partido pessoas que tenham deficiência e que queiram construir o setorial. Para isso, sugerimos que na ficha de filiação tenha um campo perguntando se a pessoa possui algum tipo de deficiência e qual é a deficiência". Da mesma forma, por unanimidade dos votos, a contribuição da setorial Ecosocialista, também foi aprovada, sendo o teor o que segue: "**RESOLUÇÃO DA SETORIAL ECOSOCIALISTA - Considerando que:** a) Há mais de 500 anos, o nosso continente vê os bens comuns da natureza sendo expropriados em favor de interesses mercantis. Especialmente, a partir da consolidação do Capitalismo, o Brasil e toda a América Latina passam a ter como uma de suas funções principais, transferir os bens comuns sob a forma de commodities para a reprodução do capital; b) O atual período de devastação da natureza e do meio ambiente pelo capital, colocam o mundo num período de grande alerta, onde crimes ambientais serão recorrentes, e todos eles com



Handwritten signature



enormes impactos sociais, principalmente nas comunidades mais fragilizadas do campo, da cidade, das florestas e das águas; c) Em virtude do aumento dos crimes ambientais, mais lutas ecossocialistas devem aumentar, tal como a resistência contra a expropriação da água em diversos setores do Brasil (Correntina, Ceará, na organização do FAMA, etc) ou da indignação ante aos crimes de “Belo” Monte, da destruição do Rio Doce, dentre tantos outros; d) Os povos originários e tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, etc) sempre estiveram na vanguarda da resistência à destruição da natureza e são segmentos cada vez mais protagonistas também na apresentação de um novo modelo para nosso continente, plurinacional, ecossocialista e promotor de novas prática de relações sociais e do ser humano com a natureza; e) O movimento indígena, quilombola e de comunidades tradicionais, em seus diversos instrumentos de organização e luta, além de ser vanguarda, também vem avançando na necessidade de buscar maior relação com a institucionalidade e com os partidos de Esquerda. f) O PSOL tem avançando na compreensão da urgência da estratégia ecossocialista no seu programa e organização. Faz-se, assim, necessário, aumentar o diálogo com os povos originários e tradicionais e permitir que estes possam ter no PSOL um partido que os acolha e os considere como grandes protagonistas da luta sociais; O VI Congresso Nacional do PSOL decide: 1. Apresentar-se como partido ecossocialista, que incorpora em seu programa a luta contra as diversas formas de destruição da natureza, em especial aquelas que expropriam os bens comuns em favor da reprodução do capital como os setores de mineração, do agronegócio, da indústria do petróleo e do carro, da mercantilização da água e das energias não sustentáveis, etc. 2. Apresentar-se como partido ecossocialista que compreende a resistência dos povos originários e tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, etc) e sua luta em defesa de seus territórios como fundamental para a construção de um novo modelo societário e que, portanto, busca estabelecer aliança prioritária com estes segmentos. 3. Denunciar o vínculo estreito entre racismo, genocídio e devastação da natureza, que resulta no racismo ambiental. 4. Além da atualização programática expressa no parágrafo 1, aliança prioritária que aponta o parágrafo 2 se dará por diversos meios, dentre os quais destaca-se: a) Orientar as direções eleitas neste congresso nacional, nos congressos estados e municipais, que possam aprovar moções e resoluções de apoio às lutas ao longo do próximo mandato, orientando também que a militância partidária se engaje como apoiadora nestes processos de resistência; b) Garantir que candidaturas de representante dos povos originários e tradicionais sejam consideradas prioritárias no país já nas eleições de 2018, recebendo apoio e material das respectivas direções estaduais e municipais para que possam se lançar pelo PSOL, em diálogo com o programa geral do partido; c) Orientar que a Fundação Lauro Campo possa traduzir para as línguas originárias que sejam demandadas por indígenas filiados ao PSOL materiais do partido e orientações para participação nas eleições; d) Garantir que eventual candidatura indígena majoritária tenha estrutura para fazer articulações e lutas com os diversos povos organizados pelo Brasil; e) Para as eleições de 2020, trabalhar para o PSOL ter número recorde de candidaturas de representantes dos povos originários e tradicionais com destaque e prioridade nas suas cidades, construindo este projeto em parceria com as entidades representativas destes movimentos”. Em seguida foi aprovada, por unanimidade dos votos, a contribuição da setorial LGBT. Sobre o ponto de pauta Eleições 2018, foram apresentadas resoluções e



por maioria foi aprovado o seguinte posicionamento: **Resolução -Tática Eleitoral 2018**

1 –As eleições de 2018 acontecerão em meio à crise em curso, já com os reflexos da maior ofensiva de retirada de direitos da história e forte enfrentamento ao pensamento conservador. Todos indicadores apontam para a continuidade da crise e para um governo federal que se conseguir chegar ao fim do mandato estará totalmente desacreditado e repudiado pela maioria da população. 2 –A eleição também se dará após a reforma política que instituiu a cláusula de barreira progressiva, começando com 1,5% dos votos para deputado federal, o que nos impõe a necessidade de uma campanha voltada para superar esse índice que dialogue com a população da importância de votar no PSOL para a própria sobrevivência do partido. Além disso, se por um lado existe o fator positivo da proibição legal ao financiamento empresarial, por outro lado, a forma como ficou o fundo público e a ausência de teto para o chamado autofinanciamento das campanhas mantém a disputa eleitoral extremamente desigual e privilegia os grandes partidos. Como fatores positivos na reforma a garantia da nossa participação nos debates na TV e rádio e a possibilidade de eleição parlamentar no cálculo da quebra de votos, sem a necessidade de atingir um inteiro. 3 –A incerteza de uma candidatura do Lula em função do seu julgamento em segunda instância na Lava Jato deixa o cenário ainda mais confuso. A estratégia adotada pelo petismo é de costurar alianças amplas nos Estados, abrindo mão de candidaturas próprias tendo como prioridade a candidatura federal e as disputas para a Câmara Federal. Ou seja, será a velha política de conciliação que marcou os 13 anos do petismo no poder, com um programa a direita que não colocará na pauta nem mesmo a revogação dos duros ataques feitos pelo governo Temer aos direitos dos trabalhadores. Caso Lula não seja candidato, a aposta do petismo deve ser num nome bem próximo a Lula e a seu perfil, ou seja, mantendo toda a estrutura de alianças à direita. Nesse sentido, temos que ter uma posição clara, uma coisa é defender o direito democrático de Lula ser candidato, outra é deixar bem claro que não existe nenhum espaço de composição com a política de conciliação que tem sido a marca do petismo. 4 –O PSOL apresentará candidatura própria a presidente. Uma candidatura que amplie o debate de reorganização da esquerda, que tenha lastro programático e que tenha como um dos principais compromissos a revogação das medidas anti-povo do Temer, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Nesse sentido, a experiência da Plataforma Vamos tem sido um espaço fundamental de debate programático, que tem ampliado o leque de atores envolvidos no debate e possibilitando um resultado bastante denso e consistente para ser apresentado no processo eleitoral e na construção das lutas sociais no país. O PSOL e a nossa candidatura pode e deve cumprir um papel decisivo na reorganização da esquerda e no enfrentamento à ofensiva conservadora. 5 –Para a disputa estadual de São Paulo estamos apresentando o nome da companheira Lisete Arelaro, professora da Universidade de São Paulo, Lisete é uma referência no debate em defesa da escola pública, fez parte da equipe de Paulo Freire à frente da Secretaria de Educação de São Paulo na gestão de Luiza Erundina. Foi Secretária Municipal de Educação de Diadema na década de 90 e diretora eleita da Faculdade de Educação da USP. Mulher, lutadora, com uma história de vida política que se iniciou na resistência à ditadura militar e na luta por democracia. A aprovação do seu nome pelo Congresso Estadual permite que o PSOL São Paulo inicie um processo de amplo debate programático, visando ampliar a nossa candidatura desde já. 6 –Além da definição do nome ao governo, precisamos



abrir o debate dos nossos nomes ao senado e também da nossa chapa de deputados estaduais e federais. A eleição de federal tornou-se ainda mais decisiva, uma vez que servirá de critério para ultrapassar a cláusula de barreira. Devemos antecipar o debate e a construção da nossa chapa, com a inscrição de nomes e a abertura de um processo de formação política e preparação dos nossos candidatos e candidatas para a disputa.

7 – Para a definição do conjunto dos nossos candidatos e candidatas precisamos abrir um amplo debate que chegue a apresentação de nomes que combinem a presença em todas as regiões do Estado, com a diversidade da nossa militância e a necessidade de ampliar o leque de representação e presença política e organizativa do partido. É fundamental priorizar de fato as candidaturas do campo popular, garantindo a representatividade de negras e negros, mulheres, indígenas, LGBT e pessoas com deficiência. Para isso, é necessário oferecer estrutura e planejamento a longo prazo.

8 - Também é necessário assegurar um processo de debate que garanta a unidade do partido, a construção de chapas que contemple na medida do possível o conjunto de forças e expressões internas do PSOL e das ampliações que sejam possíveis no marco da nossa política e do nosso programa. Devemos também abrir um processo de debate sobre possíveis alianças eleitorais levando em conta partidos e grupos políticos que se posicionaram contra o golpe, que tenham unidade programática conosco, compromisso com o projeto de reorganização da esquerda e que se contraponham de forma clara à política de conciliação de classes. Sobre o ponto de pauta Alterações Estatutárias, foi aprovado um conjunto de mudanças em nossos estatutos, conforme o texto a seguir: **RESOLUÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS: 1. Periodicidade dos Congressos-** Estamos vivendo uma situação em que durante um ano nos voltamos para a disputa do aparelho partidário e outro nos voltamos para as eleições. É preciso ter coragem para enfrentar esse problema. Tornar os congressos mais espaçados é uma necessidade. A proposta abaixo altera para três anos, estabelecendo que nos anos que a data coincidir com eleições, o congresso ocorrerá no primeiro semestre.

Art. 31 - O órgão supremo do Partido é o Congresso Nacional. Parágrafo 1º - O Congresso Nacional deverá reunir-se, no mínimo, a cada 3 (três) anos, ou, extraordinariamente, em vista de circunstâncias e acontecimentos sociais e políticos relevantes, a qualquer tempo e/ou por deliberação da maioria simples do Diretório Nacional, ou à solicitude de 50% dos Diretórios Regionais, com abrangência, no mínimo de 1/3 dos filiados do Partido em condições estatutárias, ou a pedido de um terço dos filiados, em condições estatutárias, do total de filiados no país.

Art. 110 – O prazo de mandato das direções partidárias é de três anos. Parágrafo único – Para compatibilizar a vigência do mandato das direções eleitas com a realização dos congressos fora dos semestres eleitorais, conforme artigo 31, as direções eleitas em 2017 terão mandato até o congresso que se realizará no primeiro de 2020. Visando aperfeiçoar o funcionamento das direções, o diretório nacional vai se debruçar sobre o tema, buscando dar mais organicidade e melhorando os espaços de participação dos filiados, aperfeiçoando nossa democracia interna.

2. Adaptar o Estatuto ao formato congressional em vigor. Desde o segundo congresso nacional que os delegados e delegadas são eleitos (as) em plenárias municipais ou intermunicipais, mas não houve alteração estatutária. Da mesma forma extinguiu delegados natos desde o início. A redação abaixo conserta esta distorção e também a falta de suplentes no artigo sobre o DN.

Art. 33 – O Congresso Nacional é constituído por delegados e delegadas, em condições estatutárias, eleitos e eleitas em plenárias de base, conforme



[Handwritten signature]

regimento e proporcionalidade fixados pelo Diretório Nacional. Parágrafo único – Os integrantes do Diretório Nacional são observadores ao Congresso Nacional. Art. 34 – Na eleição de delegados e delegadas será obedecida a proporcionalidade direta entre as chapas inscritas nas plenárias de base. Art. 39 – O Diretório Nacional será composto de 61 (sessenta e um) membros titulares e 13 suplentes, eleitos na proporção direta dos votos obtidos pelas chapas inscritas. 3. Desde IV Congresso que tentamos resolver dois nós em relação ao julgamento dos casos na Comissão de Ética. De um lado, a existência de uma única comissão se mostrou impraticável. De outro, muitos casos de divergências políticas ou descumprimento de resoluções foram para a comissão, mesmo não sendo exatamente questões éticas. E precisamos colocar nos estatutos a deliberação do V Congresso sobre acompanhamento de casos de violência contra mulheres. Para tanto, considerando a delicadeza e importância do tema, o congresso nacional do PSOL decide realizar alterações em seu estatuto para dirimir essas questões, relativas às instâncias estaduais, escopo de atuação e funcionamento da comissão de ética e regulamentação de procedimento em casos de violência contra a mulher. Essas alterações serão realizadas pela direção nacional do partido. 4.

Colocar nos estatutos as decisões congressuais sobre paridade de gênero e cota de presença de negros e negras. Art. 37-A - É obrigatório que, na composição das direções nacional, estaduais e municipais, a paridade de gênero. Parágrafo 1º - Na ausência de mulheres integrantes de direção, as mesmas somente poderão ser substituídas por suplentes mulheres. Parágrafo 2º - Em direções ímpares, a paridade de gênero pode se efetivar com maioria ou minoria de mulheres, desde que essa diferença não seja maior do que uma cadeira. Art. 37-B – É obrigatório que, na composição das direções nacional, estaduais e municipais, seja garantida a presença de, pelo menos, 30% de negros e negras. 5. Consertar a redação dúbia sobre o formato de eleição das executivas estaduais e municipais, posto que as mesmas são eleitas nos congressos respectivos e são proporcionais aos votos obtidos pelas chapas, sendo as indicações no mesmo formato nacional, mas os estatutos estão com redação diferente disso. Art. 49 – Constituem a Convenção Estadual: a) Os delegados e delegadas, eleitos em plenárias municipais, conforme Regimento aprovado pelo Diretório Nacional para o processo congressual correspondente. b) Os membros da direção estadual, com direito a voz. Art. 52 – Compete ao Diretório Estadual a) Dar posse a Executiva estadual, que exercerá o trabalho de direção permanente e cotidiana do partido, eleita na mesma proporção dos votos obtidos pelas chapas apresentadas no Congresso Estadual. A última etapa deliberativa do IV Congresso do PSOL foi a apresentação, defesa e votação da nova **Executiva Nacional, do Diretório Nacional, da Comissão de Ética, do Conselho Fiscal e da Fundação Lauro Campos**. Foram apresentadas três chapas e o resultado final do pleito foi o seguinte: Chapa 01 – Bloco de Esquerda – 148 votos; Chapa 02 – PSOL Sem Medo de Lutar – 207 votos e Chapa 03 – Reinventar o Futuro Agora – 25 votos. As novas direções foram compostas de maneira proporcional, conforme os estatutos, respeitando a paridade de gênero e a cota de 30% de negras e negros e passam a ser as seguintes: **Executiva Nacional, do Diretório Nacional, da Comissão de Ética, do Conselho Fiscal e da Fundação Lauro Campos**. Foram apresentadas três chapas e o resultado final do pleito foi o seguinte: **Chapa 01 – Bloco de Esquerda – 148 votos; Chapa 02 – PSOL Sem Medo de Lutar – 207 votos e Chapa 03 – Reinventar o Futuro Agora – 25 votos**. As novas direções foram compostas de maneira proporcional, conforme os estatutos, respeitando as



de



mulheres e de negras e negros e passam a ser as seguintes: **Direção Executiva do Partido Socialismo e Liberdade - Presidente Nacional** - Juliano Medeiros, Brasileiro, Assessor Parlamentar, solteiro, SQS 404, bloco A, apt 101, Asa sul, BRASÍLIA, DF, CEP: 70238-010, RG: 8084283962 SSP/RS, CPF: 004.407.270-81, T.E.: 0807345004/26; **Presidente Fundação Lauro Campos** - Francisvaldo Mendes de Souza, Brasileiro, Advogado, casado, Rua Itaverava 201 Apto 62 D, Vila Camargo, Guarulhos/SP, CEP: 07111-040, RG: 19.962.929-8 SSP/SP, CPF: 092.654.898-04. T.E.: 1731307201/16; **1 Secretária de Finanças** - Mariana Costa Riscali, Brasileira, Cientista Social, Solteira, Rua Demétrio Ribeiro, 654/401, Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 55010-000, RG 303506167SSP/SP, CPF: 347079898-29, T.E.: 329825550116; **2 Secretária de Finanças** - Juliana Vitorino da Silva, Brasileira, estudante, divorciada, Rua Aracatiara, 20, Alto José do Pinho, Recife/PE, CEP: 52110-440, RG: 6338229 SSP/PE, CPF: 053.798.154-30, T.E.: 075534400817; **1 Secretária Geral** - Tárzia Maria de Medeiros, Brasileira, Fisioterapeuta, Solteira, Avenida Odilon Gomes de Lima, 2021, Capim, Maceió/RN, CEP: 59078-400, RG: 1326607 SSP/RN, CPF: 813527514-53, T.E.: 18859481686; **2 Secretária Geral** - Zeneide Nazaré Lima dos Santos, Brasileira, Terapeuta Ocupacional, Solteira, Rua Apeninos, 362, Aclimação, São Paulo/SP, CEP: 01533-000, RG: 3926932 SSP/PA, CPF: 734898322-72. T.E.: 44738581376; **1 Secretário de Relações Internacionais** - Israel Pinto Dornelles Dutra, Brasileiro, Cientista Social, Solteiro, Rua Doutor Sebastião Leão, 64, 301, Azenha, Porto Alegre/RS, CEP: 90050-090, RG: 80514691 SSP/SP, CPF: 820343540-87, T.E.: 78525860418; **2 Secretário de Relações Internacionais** - Edilson Francisco da Silva, Brasileiro, Advogado, Divorciado, Rua Guaianazes, 396, Campo Grande, Recife/PE, CEP: 52031-300, RG: 6310035 SSP/PE, CPF: 754.736.669-49, T.E.: 0527950508/50; **1 Secretário de Formação Política** - Rogério Ferreira Silva Lustosa, Brasileiro, Professor, Casado, Rua Edgard Reys Navarro, 326, Ap 303, Matatu, Salvador/BA, CEP: 40255-280, RG: 05429000-76, CPF: 785.130.815-15, T.E.: 0933 2700 0558; **2 Secretaria de Formação Política** - Rosiléia Messias da Silva, Brasileira, Economista, Solteira, Rua Paula Matos, 103, Casa, Santa Teresa, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20251-550, RG: 28181668-6 DETRAN/RJ, CPF: 393207662-15, T.E.: 31041531317; **1 Secretária de Relações Institucionais** - Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, Brasileira, Servidora Pública, casada, RUA ALBERTO TORRES, 125, AP-03, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, CEP: 90050-080, RG: 1072935917 SSP/RS, CPF: 004.063.388-84, T.E.: 0691915604/50; **2 Secretário de Relações Institucionais** - Leandro Martins Costa, Brasileiro, Assessor Sindical, Solteiro, Rua da Aurora, 295, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50050-000, RG: 36499677 SSP/SP, CPF: 2666917495, T.E.: 2266901101/32; **1 Secretário de Comunicação** - Jose Ibiapino Ferreira, Brasileiro, Pedagogo, solteiro, Rua Abolição, 343 - apto 94, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01319-010, RG: 19283229-3 SSP/SP, CPF: 170.798.958-39, T.E.: 2058647601/75; **2 Secretária de Comunicação** - Brenna Paula Gomes Tavares, Brasileira, Assessora Parlamentar, solteira, rua Platão, 957, Renascer I, Macapá/AP, CEP: 689000-000, RG: 20875553-54 SSP/BA, CPF: 931468053-34, T.E.: 0049475425/18; **1 Secretário de Organização** - João Carlos Dantas, Brasileiro, união estável, Industriário, rua Nova Aliança, n.505, Praia Grande, Salvador/BA, CEP: 40725-040, RG: 02532928-67, CPF: 669901738-15, T.E.: 00761490507; **2 Secretária de organização** - Lívia Braga Duarte, Brasileira, Estudante, Solteira, Travessa Rui Barbosa, 1885, Apto 801, Bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP: 66035-220, RG: 6921081 SSP/PA, CPF: 916387202-15, T.E.: 48366825/50; **1 Secretária de Movimentos Sociais** - Paula



Paula



Bermudes Moraes Coradi, Brasileira, Professora, Divorciada, Rua Oscar Rodrigues de Oliveira, 575, AP-301, Jardim da Penha, Vitória/ES, CEP: 29060720, RG: 769813 SSP/ES, CPF: 051772097-33, T.E.: 26308491457; **2 Secretário de Movimentos Sociais** - Fernando Antônio Pinto da Silva, Brasileiro, Jornalista, Divorciado, Av. Santa Catarina, 802, ap. 26, Vila Mascote, São Paulo/SP, CEP: 04378-000, RG: 10875947-7 SSP/SP, CPF: 014465908-52, T.E.: 4122360141; **Suplente Executiva Nacional** - Terezinha Monteiro de Oliveira, Brasileira, Assessora Parlamentar, Divorciada, QR 613, CONJ 1, CASA 27, SAMAMBAIA, BRASÍLIA/DF, CEP: 59078-400, RG: 926524 SSP/DF, CPF: 174.928.902-49, T.E.: 0079937120/46; **Suplente Executiva Nacional** - Luciete Maria da Silva, Brasileira, Assistente Social, Solteira, RUA EDUARDO FELLONE, 18, JARDIM ITAPURA, SÃO PAULO/SP, CEP: 04433-110, RG: 19545053-x SSP/SP, CPF: 043.520.358-40, T.E.: 2843473601/16; **Suplente Executiva Nacional** - Haroldo Freitas Pires de Saboia, Brasileiro, Servidor Público, Casado, RUA MARACAÇUMÉ, QD 14, CASA 18, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP: 65071-590, RG: 221700 SSP/DF, CPF: 128.864.593-72, T.E.: 0004538811/98; **Suplente Executiva Nacional** - Márcio da Silva Sousa, Brasileiro, Trabalhador Rural, Solteiro, Av. Francisco Roldão Sanches, 3334, Brigadeiro Tobias, Sorocaba/SP, CEP: 18108-001, RG: 18957794, CPF: 081786518/74, T.E.: 146978930159; **Suplente Executiva Nacional** - Brice Bragato, Brasileira, Advogada, Divorciada, Rua Carlos Martins, 1443, apt 602, Jardim Camburi, Vitória/ES, CEP: 29090-060, RG: 243.342 SSP/ES, CPF: 343.071.505-59, T.E.: 0069864414/73; **Suplente Executiva Nacional** - Giambatista Brito Marques dos Santos, Brasileiro, Analista de Sistemas, Casado, Rua Marechal Deodoro, 421, 102 B, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 50020-060, RG: 8907002048947, CPF: 461.670.303-59, T.E.: 32860950710; **Diretório Nacional - Membro Efetivo Diretório Nacional** - Albanise Pires Ferreira de Azevedo, Brasileira, Servidora Pública, divorciada, Rua Francisco Bezerra Monteiro, N 101, Engenho Do Meio, Recife/PE, CEP: 50730-250, RG: 2.680.470 SDS-PE, CPF: 457.990.404-49, T.E.: 0531043608/68; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Raimundo Luiz Silva Araujo, Brasileiro, Servidor Público, divorciado, SQN 408, Bloco A, Asa Norte, Brasília/DF, RG: 1824970-PA, CPF: 212.951.582-72, T.E.: 0104206213/25; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Maria Helena dos Reis Santos, Brasileira, Assistente Social, solteira, RUA RAIMUNDO PALMERIM, 313, CENTRO, ITAUBAL/AP, CEP: 68976-000, RG: 63737 SSP/AP, CPF: 388.609.882-68, T.E.: 0017525525/34; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Aldenor Monteiro de Araujo Junior, Brasileiro, Jornalista, união estável, Avenida Dalva, 941, Castanheira, Belem/PA, CEP: 66645-155, RG: 1529503 SSP/PA CPF: 174 928 902-49, T.E.: 0103 0053 1384; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Marinor Jorge Brito, Brasileira, Parlamentar, divorciada, Travessa Antonio Baena, Nº. 133, Marco, Alenquer, CEP: 66085-050, RG: 1367742 SSP/PA, CPF: 116.116.422-72, T.E.: 0289336913/92; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Rebecca Neto Pereira, Brasileira, operadora de rádio, solteira, Rua Crispim Mira, 466, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-540, RG: 5287428, CPF: 057.597.769-83, T.E.: 0447 6217 0981; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Eneida Figueiredo Koury, Brasileira, Bancária, casada, RUA JOSÉ CABALLERO, 8, Gonzaga, Santos/SP, CEP: 11055-300, CPF: 156.213.968-12, T.E.: 106544130167; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Ronaldo Santos Silva, Brasileiro, Técnico em Meio Ambiente, solteiro, RUA SÃO JOAQUIM, Nº. 385, Alto Maron Vitória Da Conquista/BA, CEP: 45000-000, RG: 06708118-58 SSP/BA, CPF: 117.945.346-87, T.E.: 0938080105/15; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Jane de Souza Rosas, Brasileira, Tec. Em Radiologia, solteira, Rua Fragoso Monteiro, 435,



Santa Quitéria, Rio Branco/AC, CEP: 69.918-715, RG: 279659 SSP/AC, CPF: 434.801.362-49, T.E.: 2460232488; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Maykom Magalhães Da Silva, brasileiro, Casado, Assessor Parlamentar, Endereço: AV. Benedito De Jesus Cardoso, 346, Novo Horizonte, Santana - AP, CEP: 68925-000, CPF: 760.907.282-68, T.E.: 0037426825/77; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Enilton Silva Rodrigues, Brasileiro, ENGENHEIRO FLORESTAL, solteiro, RUA RIO BRANCO, S/N, Centro, Arame/MA, CEP: 65945-000, RG: 2310694 SSP/DF, CPF: 63775808353, T.E.: 3380471111; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Izacy Gerlane da Silva Melo, Brasileira, Professora, casada, Rua: Ilhéus, 2430, Panatis I, Potengi, Natal/RN, CEP: 59108-700, RG: 964531 SSP/RN, CPF: 75121786468; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Afrânio Tadeu Boppré, Brasileiro, Professor, casado, Rua Almirante Lamego, 910, Bloco B, apto 303, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015600, RG: 1167813 SSP/SC, CPF: 44651716920. T.E.: 5589010906; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Glauber de Medeiros Braga, Brasileiro, Bacharel em Direito, solteiro, Rua Gandhi, 266, bloco I, apto 201, Conego, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.621-460, RG 13.354.941-0 SSP/RJ, CPF: 097.407.567-19, T.E.: 1081618903/70; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Jamyr de Souza Rosas, Brasileiro, Técnico em Contabilidade, Solteiro, Rua Fragozo Monteiro, 435, Santa Quitéria, Rio branco/AC, CEP: 69918-715, RG: 279632 SSP-AC, CPF: 508.183.412-20, T.E.: 3100692437; **Membro do Diretório Nacional** - Tiago dos Santos Paraíba, Brasileiro, Rua Aracatiara, 20 Alto José do Pinho, Recife/PE, CEP: 52110-440, Solteiro, Estudante, RG: 6394448 SDS/PE, CPF: 061.552.204-17, N. Título eleitoral: 0722.3781.0833; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Margila Leal de Souza Tocchio, Brasileira, Assistente Social, casada, Rua Rui Barbosa, 1690, Jardim Brasília, Paranaíba/MS, CEP: 79.500-000, RG: 000.788.089 SSP/MS, CPF: 638.505.321-00, T.E.: 13847131996; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Tecio Nunes Salgado, Brasileiro, Produtor Cultural, casado, Cel. Manoel Albano, 900, apt. 105, BI 06, Mondubim, Fortaleza/CE, CEP: 0711-465, RG: 2001002397233 SSP/CE, CPF: 601252163-43, T.E.: 69666150760; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Nilton Nalin Ferreira Junior, Brasileiro, Radialista, casado, Rua Mano Decio da Viola, 136, apt 201, Madureira, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21360-810, RG: 06.228.152-2 IFP-RJ, CPF: 706529617-20, T.E.: 15407992038; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Maria Cecília Feitoza Gomes, Brasileira, Bióloga, solteira, Rua Leonardo Mota, 240. Apto 201, Meireles, Fortaleza/CE, CEP: 60170-040, RG: 2002010392383 SSP/CE, CPF: 007.832.563-37, T.E.: 68782730701; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Clementina Araujo Bagno Da Silva, Brasileira, Conselheira Tutelar, solteira, SGAN 914, CONJ. D, BLOCO B, APTO. 117, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70790-164, RG: 2539064 SSP/DF, CPF: 2328198155, T.E.: 20025672003; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Leo Lince do Carmo Rodrigues, Brasileiro, Sociólogo, Solteiro, Augusto Severo, 132, apt 1001, Gloria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20021-040, RG: 132513 SSP/GO, RG: 708534957-34, T.E.: 48133105-61; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Carlos Roberto de Souza Robaina, Brasileiro, Assessor Parlamentar, Casado, Rua Bananal, 1679, Ilha Pintada, Porto Alegre/RS, CEP: 90090-110, RG: 7030314533 SSP/RS, CPF: 642.442.530-68, T.E.: 37622120493; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Luciana Krebs Genro, Brasileira, Advogada, Casada, Rua Landel de Moura, 1394, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP: 91920-150, RG: 1041249812 SSP/RS, CPF: 61952370000, T.E.: 580209304/42; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Nathalie Illa Longhi Drumond, Brasileira, Geógrafa, Solteira, Praça Presidente Aguirre Cerda, 16, apto 601, Fatima, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20240-200, RG: 40.223.845-X



[Handwritten signature]



SSP/SP, CPF: 350.186.138-90, T.E.: 335866340141; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Frederico de Oliveira Henriques, Brasileiro, Sociólogo, Solteiro, Rua Santa Cruz, 1755, apto 810b, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04121-001, RG: 43739477-3 SSP/SP, CPF: 320998778-58, T.E.: 320095780191; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Viviane Da Costa Reis, Brasileira, Fisioterapeuta, Solteira, Travessa Doutor Enéas Pinheiro, 14, Pedreira, Belem, CEP: 66083-157, RG: 5128505 SSP-SP, CPF: 1141871262, T.E.:57592171392; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Nonnato Masson Mendes dos Santos, Brasileiro, Advogado, União Estável, Rua 18, casa 53, quadra 33, COHATRAC IV, São Luis/MA, CEP: 65010000, RG: 1.662.086 SSP/MA, CPF: 754.204.143-68, T.E.: 29200421139; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Jane Barros Almeida, Brasileira, Socióloga, Solteira, Rua Frei Caneca 208, apt 23, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01307-000, RG: 229911985, CPF: 28354471802, T.E.: 2189 2118 0175; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Carlos Alberto Lucio Bittencourt Filho, Brasileiro, Professor/ Assessor Parlamentar, Solteiro, Rua General Silvestre Rocha, 142, APT 201, Icaraí, Niteroi/RJ, CEP: 24220170, RG: 13299536-6 IFP/RJ, CPF: 9511817779, T.E.: 107119250302; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Edinéia Cristina Santos Matos, Brasileira, Funcionária Publica, Solteira, Conjunto Parque Santa Rita, Bl 09, Apt 203, Itinga, Lauro de Freitas/BA, CEP: 42700-000, RG: 270773061 SSP/BA, CPF: 514971235-34, T.E.: 50841150574; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Leci Carvalho e Silva, Brasileira, Pedagoga, Solteira, Rua Francisco Ferreira, nº118, apt 104, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26285-131, RG: 09135971-1 DETRAN/RJ, CPF: 032635837-43, T.E.:78237330353; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Michel Oliveira Lima, Brasileiro, Professor, solteiro, Dr. BELTRÃO 166, AP 203, BLOCO 2, Santa Rosa, Niteroi/RJ, CEP: 242441265, RG: 32888886-2 DETRAN/RJ, CPF: 74656961272, T.E.:44182221384; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Douglas Diniz Lima Fernandes, Brasileiro, Autônomo, Divorciado, conjunto Gleba 1, SN-3, nº 194, Marambaia, Belem/PA, CEP: 66623-155, RG: 1742047 SSP/PA, CPF: 490.734.192-04, T.E.0227.0027. 1376; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Neida Porfírio Oliveira, Brasileira, Professora, Casada, Av. Alberto Bins, 456, AP 12, Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90030-140, RG: 1011933941 SSP/RS, CPF: 26192861072, T.E.: 22854740469; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Nildo Domingos Ouriques, Brasileiro, Professor, Casado, Rua Augusto Lidio Pires, 88, Trindade, Florianópolis, CEP: 88.036-550, RG: 548.115 SSP/SC, CPF: 304987089-34, T.E.: 0357 3415 0990; **Membro Efetivo Diretório Nacional** - Marklize dos Santos Siqueira, Brasileira, Assistente Social, Avenida Sete de Setembro, 1748, Centro, Manaus/AM, CEP: 69005-141, União Estável, RG: 19911696, CPF: 83505504220, T.E.: 023132652259; **Membro Suplente Diretório Nacional** - Pedrinha Lasmar Cruz, brasileira, casada, publicitária, RUA: LAS PALMS 354 QUADRA 234, Manaus/AM, CEP:69.097-228, RG: 9258701 SSP/AM, Título de Eleitor: 002467042267, CPF:345.382.592-68; **Membro Suplente Diretório Nacional** - Ramon Fernandes Faustino, Brasileira, Rua: Guido Zanello, 160, Jardim Procópio, Ribeirão Preto, CEP: 14065330, Solteiro, Professor, RG: 43529250-X, CPF: 37019258875, T.E.: 346483620108; **Suplente Diretório Nacional** - Jose Luis de Sampayo Torres Fevereiro, Brasileiro, Economista, solteiro, RUA BARÃO DE LUCENA 135/103, BOTAFOGO, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22260-020, RG: 03827927-9 Detran RJ, CPF: 975.165.977-91, T.E: 1336134403/53; **Suplente Diretório Nacional** - Maria do Perpétuo Socorro Setubal Ferreira, Brasileira, Funcionária Publica, casada, Rua Conselheiro Zenha,49 ap.105, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20550-090, RG: 98837362 Detran RJ, CPF: 68139144720,





T.E: 10123830302; **Suplente Diretório Nacional** - Joyce Garófalo e Santos, Brasileira, Historiadora, Solteira, Rua Rosinha Sigaud, 129, Caiçara, Belo Horizonte/MG, CEP: 30770-560, RG: MG-7.872.834, CPF: 061676906-77, T.E: 154000000000; **Suplente Diretório Nacional** - Jorge Francisco de Oliveira Guimaraes, Brasileiro, Cientista Social, Casado, SQS 409 Bloco N Entrada F Ap. 202, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70258-140, RG: 2015128057 SSP/RS, CPF: 350.412.260-91, T.E: 3614060493; **Suplente Diretório Nacional** - Veraci Sousa da Cunha Alimandro, Brasileira, Funcionaria Publica, casada, Av. Nossa Senhora de Copacabana, 828, apt 407, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22050-002, CPF: 348575677-68, T.E: 19130120303; **Suplente Diretório Nacional** - Ricardo Luiz Lima Saraiva, Brasileiro, Bancario, separado judicialmente, rua Bartolomeu de Gusmão 37 Ap 131 bloco B, Centro, Santos/SP, CEP: 11045-400, RG: 26.036.383-2 SSP/SP, CPF: 058.141.703-87, T.E: 59492430116; **Suplente Diretório Nacional** - Evelin Minowa, Brasileira, Nutricionista, Solteira, Rua Margarida, 79, apto 11, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP: 01154-030, RG: 42881428-1 SSP/SP, CPF: 344.599.378-59, T.E: 320636830167; **Suplente Diretório Nacional** - Danillo Rotta Prisco Antunes, Brasileiro, Assessor Parlamentar/ Professor, solteiro, Rua Praia de Santa Rita, 6000 L., apt 282, Santa Rita, Extremoz/MA, CEP: 59.575-000, RG: 46.694.588-7 SSP/MA, CPF: 364.169.748-43, T.E: 369069860124; **Suplente Diretório Nacional** - Josemar Pinheiro de Carvalho, Brasileiro, Professor, solteiro, Rua Maurício de Abreu, 366, casa 06, Centro, São Gonçalo/RJ, CEP: 24425300, RG: 102864006 Detran RJ, CPF: 7207622701, T.E: 87481690337; **Suplente Diretório Nacional** - Ana Carolina Andrade Santos, Brasileira, Jornalista, Solteira, Rua Joaquim Antunes, 796, apto 81, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05415-001, RG: 44.530.719-5 SSP/SP, CPF: 339.797.368-65, T.E: 359336080167; **Suplente Diretório Nacional** - Nayara Alves Navarro, Brasileira, Professora, Solteira, Rua Antonio Serafim Bueno, 84, Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 9851610, RG: 231794861 SSP/SP, CPF: 102884418-26, T.E: 208937370141; **Conselho de Ética - Membro Conselho de Ética** - Gustavo Felipe Miranda, Brasileiro, Professor/Advogado, casado, Rua Leopoldina 109, Piedade, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20756-110, RG: 15523000 DETRAN/RJ, CPF: 8380437713, T.E.: 1063185603/02; **Membro Conselho de Ética** - Ewerson Cláudio de Azevedo, Brasileiro, Casado, Funcionário Publico, Endereço: Rua Josefina 840, Santo Elias, CEP: 26560-542, Mesquita/RJ, RG 057375545 Detran-RJ, CPF: 805.511.907-44, T.E.: 054875140353; **Membro Conselho de Ética** - Nunah Alle Son, Brasileira, Estudante, solteira, Avenida Rio Branco, 1661, apt 94, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP: 01206-001, RG: 3268914 SSP/ES, CPF: 129257657-00, T.E.: 33825481430; **Membro Conselho de Ética** - Rosana de Almeida Santos, Brasileira, Pedagoga, casada, Setor H, Rua J, Número 65, Casa 02, Mussurunga I, Salvador/BA, CEP: 41.490-010, RG: 07160647-58 SSP/BA, CPF: 783.773.905.15, T.E.: 93191530574; **Membro Conselho de Ética** - ROMER DOS SANTOS GUEX, Brasileiro, Advogado, casado, rua a. J. Renner, 95, Vila São Lucas, Viamão/RS, CEP: 94450-510, RG: 6025718971 SSP/RS, CPF: 422.644.480-91, T.E.: 0271818404/77; **Membro Conselho de Ética** - Paula Máiran de Brito Machado, Brasileira, Jornalista, Divorciada, Rua Barão do Amazonas, 2 - bloco 3 - apto 602, Centro, Niteroi/RJ, CEP: 24030-110, RG: 13380572-1 Detran/Rj, CPF: 001901787-10, T.E.: 68389500370; **Membro Conselho de Ética** - Zilmar Alverita da Silva, Brasileira, Assessora Parlamentar, solteira, Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 46. Edf Lamarc, apto 04, Barris, Salvador/BA, CEP: 40.070-080, RG: 07051018 00 SSP/BA, CPF: 884994485 - 34, T.E.: 67254430582; **Conselho Fiscal - Membro Conselho Fiscal** - Sandro de Oliveira Pimentel, Brasileiro,



1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
145061
Registro de Pessoas Jurídicas

Vigilante/ Vereador, casado, Wallace Martins Gomes, 29, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, CEP: 59114-140, RG: 634.198 ITEP/RN, CPF: 444.475.234-34, T.E.: 0130 1251 1678; **Membro Conselho Fiscal** - Modesto Cornélio Batista Neto, Brasileiro, Professor, Solteiro Praça José da Penha, nº. 59, centro, Angicos/RN CEP: 59.515-000, RG: 1817433 SSP/RN, CPF: 075.239.974-81, T.E.: 0269 2379 1635; **Membro Conselho Fiscal** - ELIANE DA SILVA, Brasileira, Agricultora, casada, Rua Djalma Lopes Cahet, Santa Lúcia, Maceió/AL CEP: 57082380, RG: 1726599 SDS AL, CPF: 030.651.984-44, T.E.: 25889221724; **Membro Conselho Fiscal** - Sonia Maria Reis Arcaño, brasileira, Solteira, Secretária Administrativa, Rua Alba 150, Jabaquara, São Paulo/ SP, CEP: 04346-000, RG: CPF: 292.682.938-89, T.E.: 2151510901/75; **Membro Conselho Fiscal** - Carlito Santos Lemos Bispo, Brasileiro, Solteiro, Servidor público, Rua Maria Pereira Santos, 269, Santa Cruz, Estancia/SE RG: 32676364-6 SSP/SE, CPF: 031.994.195-77, T.E.: 0224.6584.2178; Sendo assim, foi feita a prestação de contas financeira da gestão 2016-2018 da secretaria de finanças a todas e todos as/os delegadas/os do VI Congresso Nacional do PSOL a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi empossada a nova Direção Nacional do partido para o mandato que se inicia em 17 de fevereiro de 2018 e se encerra em 18 de agosto de 2020. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o VI Congresso Nacional do PSOL e lavrada a presente ata que foi redigida e segue assinada por mim, Raimundo Luiz Silva Araujo, Presidente Nacional do PSOL. Sendo assim, foi feita a prestação de contas financeira da gestão 2016-2018 da secretaria de finanças a todas e todos as/os delegadas/os do VI Congresso Nacional do PSOL a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi empossada a nova Direção Nacional do partido para o mandato que se inicia em 20.01.2018 e se encerra em 30.06.2020, conforme mudança estatutária aprovado no Congresso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o VI Congresso Nacional do PSOL e lavrada a presente ata que foi redigida e segue assinada por mim, Raimundo Luiz Silva Araujo, Presidente Nacional do PSOL.

Brasília, 03 de dezembro de 2017.

2º Ofício de Notas e Protesto
BRASILIA-DF
GOIÂNIO BORGES TEIXEIRA
TABELIÃO
Tabelaio Borges Teixeira

2º Ofício

Raimundo Luiz Silva Araujo

Raimundo Luiz Silva Araujo
Presidente Nacional do PSOL

CARTORIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 190,25
Tab: J I

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL OD. 701 BL. 01 L. 24 TERREO
ED. ABSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/NE 00.618.421/0001-80
CF/DI 07.652.140/001-38
RECONHECO e dou fe por BENEFICIARIA a(s)
firma(s) de
LUIZ SILVA ARAUJO
Em testemunho da verdade.
BRASILIA, 02 de Março de 2018
selo: TJOFT20180020123901VDSX
Para consultar acesse: www.tjof.tjus.br
GOIÂNIO BORGES TEIXEIRA - TABELIÃO
MARCIO SIMÕES CORREIA - TAB. SUBSTITUTO
MENDRUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
MARTA OLIVEIRA PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
IRENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

Registrado e Arquivado sob o número
10007219 do livro n. A-15 em
09/07/2004. Dou fé. Protocolado e
distribuído sob nº 00145061
Brasília, 05/03/2018.

Titular: Marcelo Casiano Ribas
Subst. Edilene Nilzei Pereira Santos
Almeida
Rosimar Alves de Jesus
Marcelo Figueiredo Ribas
Márcio Figueiredo Ribas
Selo: TJOFT20180210011902MILH
Para consultar www.tjof.tjus.br

1. OFÍCIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00145061

CARTORIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENEN - ED. VERANILDO 2000
SOL. 0.08 BL. B-60 SL. 140-F. 1. ANDAR
BRASILIA/DF - TELEFONE: (61)3224-
4026